

## Uma proposta: cobrar pela água confiável

Jerson Kelman

O Ministério das Cidades estima que seria necessário investir R\$ 178 bilhões nos próximos 20 anos para se atingir a meta de universalização do serviço de saneamento. Ou seja, quase R\$ 9 bilhões por ano. Por outro lado, o projeto de lei orçamentária para 2004 destina apenas R\$ 7 bilhões para investimentos em infra-estrutura. Se fossem considerados também os setores de energia e transporte, a distância entre necessidade de investimento e capacidade governamental só se agigantaria. Portanto, é importante que se avance na parceria público-privada para expansão da infra-estrutura, particularmente nos serviços públicos.

Entretanto, como nenhuma empresa privada se interessaria em servir a famílias sem capacidade de pagar o correspondente custo do serviço, a parceria não pode ser vista como panacéia para todos os problemas. Nestes casos, o Governo pode prestar o serviço diretamente ou disponibilizar subsídios que ajudem os mais necessitados a pagar as tarifas. Subsídios governamentais são também recomendáveis para viabilizar serviços de interesse de toda a comunidade, por exemplo para diminuir a propagação de doenças, como é o caso de tratamento de esgoto. É preciso, no entanto, operacionalizar os subsídios de forma eficaz.

Muitos projetos, no Brasil e em outros países em desenvolvimento, costumam consumir recursos financeiros na instalação da infra-estrutura, sem jamais chegar à fase operativa. Isto porque existe um poderoso *lobby* para construção, formado principalmente por empreiteiros e fabricantes de equipamentos, e quase nenhum para o efetivo funcionamento da infra-estrutura. Na lógica atual, os construtores e fabricantes lucram proporcionalmente ao custo do empreendimento. Isto é, têm todo o incentivo para maximizar custos. Para reverter este quadro, e induzir a minimização de custos, a Agência Nacional de Águas - ANA lançou, em 2001, o *Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES*, que tem uma concepção inovadora: não financia obras ou equipamentos. Paga, isto sim, pelos resultados alcançados. Isto é, paga pelo esgoto efetivamente tratado.

O pagamento pelo esgoto tratado só é desembolsado ao longo dos cinco primeiros anos de funcionamento das Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), se o serviço for corretamente prestado. Caso contrário, não há desembolso e o recurso, que é depositado na Caixa Econômica Federal, retorna ao Tesouro Nacional. Com este arranjo, o prestador de serviços se livra do risco de o pagamento não vir a ser efetuado por conta de futuro contingenciamento orçamentário. Por outro lado, o governo se livra do risco de o serviço não ser prestado por incapacidade do prestador de serviços.

O programa, em seus três anos de funcionamento, viabilizou 34 estações de tratamento de esgoto – ETEs, correspondendo a um investimento total de R\$ 259 milhões (subsídio de R\$ 86 milhões). Todas as prestadoras de serviço beneficiadas pelo PRODES são empresas públicas. Entretanto, o Programa poderia ser expandido para empresas privadas.

De forma análoga ao PRODES, a ANA desenvolveu uma proposta para otimizar os gastos públicos na garantia de suprimento de água no Semi-árido nordestino. Trata-se de um novo enfoque para subsidiar sistemas de adução, ou seja, de condução da água dos açudes para as cidades, indústrias e áreas irrigadas. A idéia é fazer com que o Governo firme contratos não com as empresas construtoras e sim com as prestadoras de serviço de adução. Os contratos conteriam cláusulas sobre o valor da tarifa, levando em consideração a capacidade de pagamento das populações e demais segmentos beneficiados. O subsídio, de responsabilidade do Governo, seria a diferença entre preço unitário ofertado pela concessionária e o valor da tarifa.

Contratos com as empresas construtoras e com as fornecedoras de equipamentos seriam feitos pelas empresas concessionárias de adução, e não pelo Governo. A idéia, uma vez mais, é aumentar a eficácia do gasto público. As concessionárias teriam todo o incentivo para: (i) minimizar o custo de instalação da infra-estrutura, ao contrário do que hoje acontece; (ii) fazer a correta operação e manutenção, já que o

subsídio seria pago por metro cúbico efetivamente disponibilizado e mensurado, ao longo da vida útil do empreendimento.

Certamente surgirão objeções à idéia de cobrar uma tarifa pela garantia de abastecimento confiável de água que hoje é suprida de maneira não confiável, além de muitas vezes com qualidade imprópria para o consumo humano. No entanto, talvez o trabalho de convencimento não seja tão difícil porque, como bem sabe o sertanejo, a água mais cara é aquela que não existe.

Jerson Kelman é Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA e Professor da COPPE-UFRJ

KELMAN, J. **Uma proposta: cobrar pela água confiável.** O Globo, Rio de Janeiro, 02/12/2003.